

Ipê, 17 de junho de 2015.

MANIFESTO DOS EDUCADORES DE IPÊ

Para elaborar e monitorar o andamento do Plano Municipal foi instituído em abril de 2013 o Fórum Municipal de Educação (FME), de caráter permanente, formado por representantes das Escolas Municipais e Estaduais localizadas na sede do Município e nos seus distritos, representantes da Comissão de Educação da Câmara de Vereadores, representantes da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria Municipal da Administração, representantes do Conselho Municipal de Educação, representantes do Conselho Tutelar, representantes de pais e de alunos.

Nas primeiras reuniões para a elaboração do novo Plano Municipal de Educação, O FME, o Conselho Municipal de Educação (CME) e a equipe da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC), analisaram a lei e as metas do último Plano Municipal de Educação de Ipê que vigorou de 2004 a 2014. Com base nesse estudo, foi possível perceber quais metas o município já havia atingido e quais não.

A partir de então, a SMEC contratou a Realizar Consultoria para prestar assessoria quanto às pesquisas necessárias para elaboração do diagnóstico e à formatação do Plano.

Em parceria com as Secretarias Municipais, a Associação Comercial Industrial de Serviços e Agricultura (ACISA), o Centro Ecológico e com as Secretarias das Escolas Estaduais, foram feitas as tabelas com os dados relativos aos últimos anos.

A equipe de trabalho se dividiu em pequenos grupos para analisar as metas e estratégias do Plano Nacional de Educação e do Plano Estadual de Educação e para elaborar as estratégias cabíveis ao Município.

Depois da revisão do texto das estratégias do Novo Plano, realizado pelo FME, CME e SMEC, foi encaminhado por e-mail a todos os professores da rede municipal e às escolas estaduais para que estas repassassem aos seus professores, assim como foi encaminhado à Câmara Municipal para repassar aos vereadores.

As escolas discutiram e fizeram seus apontamentos em formulários próprios sugerindo emendas substitutivas, aditivas, modificativas ou supressivas, que foram lidos e votados na Plenária Municipal que aconteceu no dia 20 de maio de 2015, às 17h30 na Escola Frei Casimiro Zaffonato onde além dos educadores, entidades vinculadas à Educação e vereadores foram convidados a participar. Desde o dia 22 de maio o texto do PME ficou disponível no site da prefeitura <http://www.ipe-rs.com.br/> para conhecimento da população.

No dia 1º de junho aconteceu a Conferência Municipal no Clube Ideal às 19h30 onde educadores, vereadores, pais, alunos e toda a comunidade foi convidada a participar e votar o Plano que prevê metas e estratégias para a Educação do nosso município na próxima década. Na ocasião foi aprovado o Regimento Interno da Conferência e foram discutidos os destaques às metas e às estratégias do PME, que ao final o documento foi aprovado por unanimidade.

Posteriormente, o documento foi encaminhado ao Poder Legislativo municipal para aprovação, que tem prazo definido até o dia 24 de junho próximo.

O Projeto de Lei nº 022/2015 que aprova o Plano Municipal de Educação para os próximos dez anos, foi votado na sessão da Câmara do dia 16 de junho, e estranhamente a Comissão de Educação da Câmara de Vereadores fez a proposta de uma emenda modificativa, nº 001/2015 suprimindo a estratégia 8.10 e alterando o texto das estratégias 3.13, 8.9 e 8.11 retirando as palavras “gênero” e “sexualidade” do texto, alterando o foco do que se pretende com as estratégias, que é evitar a evasão escolar motivada por discriminação de identidade de gênero/sexualidade.

Consideramos estranho tal procedimento porque a referida Comissão, integrante do Fórum, participou da maioria dos encontros para a discussão do documento, da Plenária onde se revisou o Plano no dia 20 de maio e da Conferência Municipal que o aprovou por unanimidade no dia 1 de junho. Sendo assim, tiveram os vereadores da Comissão de Educação, assim como os demais vereadores que foram convidados a participar das duas últimas etapas, a oportunidade de conhecer e discutir o Plano em diversos momentos, não cabendo propor emenda depois que o Plano já havia sido conferido e aprovado pela comunidade.

Tanto o Conselho Municipal de Educação, quanto o Fórum Municipal de Educação que representam diversos segmentos da comunidade e em especial os educadores, foram atuantes junto à Secretaria Municipal de Educação para garantir que o nosso Plano Municipal de Educação fosse feito de forma participativa e democrática.

Diante de todo o exposto, solicitamos junto ao Poder Executivo, através do ofício nº 10/2015 que vete o projeto de Lei nº 022/2015 que foi aprovado com as emendas, e que solicite junto à Câmara a realização de uma sessão extraordinária, já que estas mudanças sem a realização de nova Conferência ou de uma Audiência Pública desrespeitaram todo o processo democrático em que o Plano Municipal de Educação foi elaborado.

Na oportunidade, o Conselho Municipal de Educação, o Fórum Municipal de Educação e o coletivo de professores que participaram da elaboração do PME, poderão se manifestar e esclarecer aos vereadores e à comunidade em geral, as razões pelas quais a estratégia 3.13 (relativa ao Ensino Médio), e as estratégias 8.9, 8.10 e 8.11 (relativas à Educação de Jovens e Adultos) constam no PME.

Consideramos um total desrespeito que nosso poder Legislativo dê ouvidos a pessoas que não participaram da elaboração do Plano Municipal de Educação e que em nenhum momento se preocuparam em levar tais discussões nos diferentes momentos que foram oportunizados.

Além do mais, nós educadores, que vivemos o cotidiano das escolas, sabemos da importância de tais estratégias para evitar a evasão escolar dos nossos adolescentes, jovens e adultos motivado pelo preconceito em relação à identidade de gênero e de orientação sexual, que são constantes em nossa sociedade atual.

Pelo Fim do Preconceito e pela garantia que nossa participação democrática valeu a pena, solicitamos que sejam tomadas as devidas providências.

Subscrevemo-nos